



HAMBÚRGUER DE BABAÇU

Vem do Maranhão resultado de pesquisa revolucionária

RDM
REDE DE MÍDIAS
29
anos

RDM

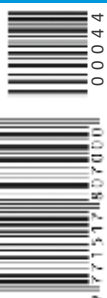
GENTE, EMPRESAS, CAMPO & LAVOURA

Agrio

BRASIL S/A

EDIÇÃO DIGITAL ONLINE

ANO XXIX
MARÇO/2025
EDIÇÃO 44



CIDADES CAMPEÃS

Ranking mostra as 20 maiores do agronegócio



SALVAÇÃO DA BR-364

Chegou a solução para problemas históricos da rodovia em Rondônia

As cidades mais potentes do agro

Esta edição da revista Agro Brasil traz como matéria de capa o ranking das 20 maiores cidades do agronegócio no Brasil. São municípios que experimentam forte desenvolvimento rural, com PIBs (produto interno bruto) muito elevados e que demonstram a potência do agronegócio pelo Brasil afora, especialmente pelo interior.

Mato Grosso é o estado que aparece com o maior número de cidades, entre as 20 maiores, seguido da Bahia, de Goiás, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul.

É importante também notar que uma boa parte dessas cidades são pequenas, em termos de população e área urbana. Essas estruturas urbanas pequenas estão “ilhadas” por vastas plantações. Pequenas, porém com desenvolvimento rural de vários tipos de cultura, sobretudo *commodities*, soja, milho, algodão, entre outras.

Outra relevante reportagem desta edição é sobre o hambúrguer de babaçu, uma experiência da Embrapa do Maranhão, com comunidades de agricultura familiar e quilombolas que trabalham com a quebra do coco. Dessa pesquisa foram originados vários produtos a partir do babaçu, especialmente o hambúrguer.

Boa leitura.

João Orozimbo Negrão
Editor-geral



ANO XXVIII | EDIÇÃO 44
MARÇO / 2025

CEO
João Pedro Marques

DIRETOR PRESIDENTE
Artur Fonseca Dias

DIRETORA EXECUTIVA
Shelry Pereira

COORDENADOR EDITORIAL
João Orozimbo Negrão

EDITORES
Vanessa Moreno
Matheus Maurício
Marcelo Finn

EDITOR DE ARTE
Marco Antonio Raimundo

CONSELHO EDITORIAL
João Pedro Marques (coordenador), João Negrão (presidente), Shelry Pereira, Vanessa Moreno, Márcio Brandão do Carmo.

NESTA EDIÇÃO

TEXTOS
AURÉLIO PAVINATO, CAROLINE CARVALHO, FLÁVIA BESSA, HUMBERTO AZEVEDO, JOÃO PEDRO MARQUES, AGÊNCIA BRASIL, AGÊNCIA EMBRAPA, AGÊNCIA DE NOTÍCIAS IBGE, ASSESSORIA DO MAPA.

FOTOS
FLÁVIA BESSA, MÁRCIO FERREIRA, ASCOM EMBRAPA, AGÊNCIA BRASIL, AGÊNCIA IBGE DE NOTÍCIAS, ASSESSORIAS, SECOM-PR, SECOM DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

RDM AGRO BRASIL S/A NÃO SE RESPONSABILIZA POR MATÉRIAS E ARTIGOS ASSINADOS, QUE NÃO REFLETEM NECESSARIAMENTE A OPINIÃO DA REVISTA. AS MATÉRIAS ESPECIAIS PUBLICADAS NA RDM SÃO DE COLABORAÇÃO DE SEUS AUTORES E CEDIDAS ESPONTANEAMENTE, SEM FINS LUCRATIVOS.

ÍNDICE | Março 2025

ENTREVISTA | Evaristo Pinheiro
“Brasil vai produzir um bilhão de litros de combustíveis sustentáveis a partir de 2027”



Divulgação

05 | OPINIÃO | Aurélio Pavinato

06 | BASTIDORES DA REPÚBLICA | João Pedro Marques

08 | ENTREVISTA | Evaristo Pinheiro

16 | CIDADES CAMPEÃS DO AGRONEGÓCIO

21 | OPINIÃO | João Pedro Marques

22 | SOLUÇÃO PARA A BR-364

26 | HAMBÚRGUER DE BABAÇU

REDAÇÃO:
(65) 3623-1170 / 3622-2310
redacao@revistardm.com.br

COMERCIAL/MÍDIA:
ARTHUR DIAS DA FONSECA
(65) 3623-1170 - (65) 99682-1470
midia@revistardm.com.br
comercial@revistardm.com.br

ADMINISTRATIVO CENTRAL
(65) 3623-1170

DISTRIBUIÇÃO/CIRCULAÇÃO
NILIS DAIGE MARQUES

RDM AGRO BRASIL É PUBLICAÇÃO





Desafios e oportunidades do agronegócio em 2025

O agronegócio desempenha um papel fundamental na economia brasileira. Nos primeiros nove meses de 2024, o setor representou R\$ 2,50 trilhões do PIB (Produto Interno Bruto), equivalente a 26,6% do total, conforme a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

O país é um dos maiores exportadores de carne bovina, soja e frango, além de ser um dos principais fornecedores de café e açúcar. Segundo dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), respondemos por cerca de 10% da produção mundial de alimentos.

No último ano, o setor enfrentou desafios que impactaram diretamente a safra 2023/24. Entre os principais fatores que contribuíram para essa retração estão a volatilidade e redução dos preços, além das condições climáticas adversas.

Para 2025, o cenário se mostra mais promissor, com expectativa de recuperação nos índices de produtividade e exportação, semelhante ao desempenho de 2023, atingindo 326 milhões de toneladas de grãos. A CNA projeta um crescimento de 5% no PIB do setor. No caso da soja, a exportação deve aumentar quase 8% em relação à safra anterior, enquanto a produção da oleaginosa pode atingir 166 milhões de toneladas, segundo a Conab.

Alguns fatores contribuem para essa melhora, como a chegada do fenômeno La Niña, que deve favorecer culturas como soja e milho, e um cenário de preços mais estáveis. No entanto, as variações climáticas ainda representam um desafio. Além disso, a esperada supersafra exigirá atenção à logística e ao armazenamento, bem como adaptação às novas exigências regulatórias.

O algodão também deve apresentar bons resultados em 2025. Estimativas da Conab mostram

um aumento de 3,70 para 3,76 milhões de toneladas de produção de pluma.

O cenário global continuará exigindo maior eficiência, sustentabilidade e inovação, impulsionando a transformação do setor e reforçando o Brasil como um dos principais fornecedores de alimentos, fibras e energia. Para manter essa posição, a inovação tecnológica seguirá como diferencial competitivo, permitindo ganhos expressivos em produtividade.

O uso de drones e aviões autônomos, por exemplo, proporcionará maior precisão na aplicação de defensivos biológicos. Já o mapeamento de pragas, doenças e fertilidade do solo será essencial para os agricultores que buscam maximizar seus resultados.

A sustentabilidade também se consolida como pilar estratégico. Com os mercados internacionais cada vez mais atentos à agenda ambiental, social e de governança (ESG), as cadeias produtivas precisarão se alinhar às políticas globais, adotando práticas consistentes de agricultura regenerativa. Além disso, a rastreabilidade e a transparência das informações ganham relevância, assim como iniciativas para redução de emissões de carbono e economia circular.

Por fim, é fundamental acompanhar de perto os desafios logísticos e climáticos, investindo em planejamento, infraestrutura e gestão de riscos para mitigar impactos na produção.

Tecnologia e eficiência serão essenciais para garantir previsibilidade e segurança ao setor.

Diante desse cenário, 2025 será um ano de desafios e oportunidades. O Brasil tem potencial para reafirmar seu protagonismo na produção e exportação de grãos. Aqueles que souberem inovar e se adaptar às adversidades estarão mais bem preparados para prosperar. ■



“Para este ano, o cenário se mostra mais promissor, com expectativa de recuperação nos índices de produtividade e exportação”

*Aurélio Pavinato é diretor-presidente da SLC Agrícola

Proner vem para aprimorar escoamento da produção agropecuária



Divulgação

O Governo Federal lançou o Programa Nacional de Estradas Rurais (Proner), para promover a expansão e recuperação de estradas vicinais, fundamentais para o escoamento da produção agropecuária. O Proner tem como principais objetivos melhorar a infraestrutura rural ao conectar regiões produtoras aos centros consumidores e aos aparelhos logísticos de exportação, além de integrar as estradas vicinais ao Sistema Nacional de Viação, conforme a Lei nº 12.379/2011. O programa também busca ampliar a qualidade de vida no campo, beneficiando diretamente as comunidades rurais. Entre as metas do programa, estão: abrir 10 mil quilômetros de estradas rurais por ano e alcançar uma média nacional do Índice de Condição da Malha do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) de 60% até 2030.

Brasil sinaliza adesão a instituições multilaterais de energia e transição

Em sua 1ª reunião extraordinária de 2025, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) aprovou resolução estabelecendo o interesse do Brasil em colaborar com mecanismos de discussão de instituições multilaterais relacionadas à extração e produção de petróleo e energia. Como membro do conselho, o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) participou da decisão que permitirá ao país se tornar membro da Agência Internacional de Energia (AIE) e da Agência Internacional para as Energias Renováveis (Irena), além de participar da Carta de Cooperação entre Países Produtores de Petróleo (CoC). A adesão à carta não gera nenhuma obrigação vinculante ao Brasil. Para o secretário-executivo do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, Valder Ribeiro, o engajamento do Brasil em organismos internacionais destaca seu potencial energético diverso, sobretudo com a possibilidade de exploração de petróleo e gás natural na Margem Equatorial, na costa do Amapá.



Divulgação

Trecho da Ferrovia Norte-Sul, entre Maranhão e Pará, receberá novos investimentos

A economia, o desenvolvimento e a infraestrutura do Brasil ganharão um novo impulso. A partir de agora, o trecho de Açailândia (MA) a Barcarena (PA), que integra a Ferrovia Norte-Sul (FNS), está qualificado dentro do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) do governo federal. Com isso, o empreendimento poderá receber investimentos dos setores públicos e privados. O trecho compreende a ligação entre Açailândia e o Porto de Vila do Conde, em Barcarena, totalizando cerca de 477 quilômetros de extensão. A qualificação abre caminho para a modernização e expansão do setor ferroviário nacional, impulsionando a economia e trazendo novas oportunidades para a região. Com essa nova estrutura, espera-se um aumento na competitividade do país, tornando o



Divulgação

transporte ferroviário de minério de ferro mais eficiente, bem como viabilizar nova alternativa para o escoamento da produção de açúcar, milho, etanol, soja e seus subprodutos farelo e óleo na área de influência da ferrovia. Segundo o secretário nacional de Transporte Ferroviário dos Ministérios dos Transportes, Leonardo Ribeiro, a medida é uma decisão estratégica do Governo Federal, voltada à expansão do transporte ferroviário no país.



Hidrovia do rio Madeira ganha força com maior comboio de grãos do Brasil

O escoamento de grãos pelo rio Madeira tem se consolidado como uma alternativa estratégica para produtores das regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil. Essa hidrovia permite o transporte eficiente de soja e milho, reduzindo a dependência das rodovias e facilitando o acesso aos mercados internacionais. Aproveitando essa alternativa logística, a empresa de logística Bertolini Transporte e Navegação anunciou a operação do maior comboio fluvial de transporte de grãos já registrado no país. Uma embarcação partirá de Porto Velho (RO) com destino ao Porto de Santarém (PA), carregando 75 mil toneladas de soja e milho – volume equivalente ao de 1.500 caminhões. Essa operação será possível graças a um novo barco empurrador, projetado para conduzir 30 barcaças em um único comboio, superando o padrão atual de 20 unidades. Construída no estaleiro Beconal, a embarcação está equipada com quatro motores Mitsubishi modelo S12R-MPTA, de 1.180 hp cada, proporcionando maior potência e eficiência no transporte.



Divulgação

Sem dinheiro para pesquisa, Embrapa inicia obras de nova unidade em MT

Em meio a uma crise financeira e orçamentária, com déficit de R\$ 26 milhões nas contas de 2024 e a carência de R\$ 200 milhões entre o que pede e o que recebe da União para custear suas pesquisas anualmente, a Embrapa terá uma nova unidade em Mato Grosso, reduto político do atual ministro da Agricultura, Carlos Fávaro. Foi assinada a ordem de serviço para a construção das estruturas da Unidade Mista de Pesquisa e Inovação (Umipi) da Embrapa da Baixada Cuiabana, em Nossa Senhora do Livramento (MT). O Ministério da Agricultura anunciou investimentos de R\$ 53 milhões para construção e ampliação de instalações, como laboratórios, campos de pesquisa, salas de capacitação, entre outras. Também será pavimentada a estrada vicinal, de cinco quilômetros, que dá acesso ao local, em convênio com a prefeitura municipal a 40 quilômetros da capital do estado.



Divulgação

DITO & FEITO

“A partir do segundo trimestre de 2025, a contribuição do setor agropecuário para o crescimento deverá se tornar negativa, junto com a redução na expansão de atividades cíclicas. Para a segunda metade do ano, a perspectiva é de que o ritmo de crescimento se mantenha próximo à estabilidade, refletindo menores impulsos vindos dos mercados de crédito e de trabalho em função do patamar contracionista da política monetária [alta de juros]”.

Fernando Haddad, ministro da Fazenda

“O petróleo importado do México abastece as refinarias do golfo dos EUA. A produção de petróleo do Hemisfério Sul é a alternativa mais próxima. Não acredito em importação oriunda da Venezuela por questões políticas. Este momento da geopolítica energética favorece o Brasil. Com as tarifas se confirmando, o petróleo brasileiro será uma das alternativas de menor custo para os compradores norte-americanos.”

Engenheiro de petróleo e analista geopolítico **Luis Rutledge**



Divulgação

Brasil vai produzir um bilhão de litros de combustíveis sustentáveis a partir de 2027

Segundo o presidente da Associação dos Refinadores Privados do Brasil, o país só não é uma das maiores potências energéticas mundiais porque sua variada matriz sofre com a prática recorrente e histórica de se ficarem empilhando elevados custos sobre ela

Por **Humberto Azevedo**

A partir de 2027, o Brasil produzirá 1 bilhão de litros de combustíveis sustentáveis. A afirmação é do presidente da Associação dos Refinadores Privados do Brasil (Refina Brasil), Evaristo Pinheiro. Em conversa com o portal RDMNews, ele apontou que o Brasil só não é uma das maiores potências energéticas mundiais porque a sua variada matriz continua sofrendo com a prática recorrente e histórica de se ficarem empilhando elevados custos sobre ela.

Pinheiro salienta que, para ampliar a capacidade de refino de combustível de fontes renováveis são precisos novos investimentos. Mas, atualmente, essa capacidade de investimento está interdita em boa parte pela não compreensão das autoridades fazendárias de que conceder benefícios fiscais para novas frentes de processamento e operacionalização também é um empecilho que atrapalha na ideia do próprio governo em buscar a reindustrialização do país.

Um detalhe é que o país precisaria copiar o modelo de outros países, nos quais as refinarias estão próximas dos centros consumidores. Aqui, as principais refinarias ficam no litoral brasileiro. Se houver uma interiorização para centros consumidores como Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, o combustível – além de sustentável – ficaria muito mais barato para abastecer empresas do agronegócio, por exemplo.

A Refina Brasil, criada em dezembro de 2022, reúne refinarias de petróleo independentes do país, responsáveis por 20% da capacidade da produção nacional de derivados, 72% da capacidade de refino da região Nordeste e 100% da capacidade de refino na região Norte.

A entidade representa as empresas refinadoras do setor privado, além de reforçar as discussões necessárias para o aprimoramento regulatório, fiscal e tributário do mercado, visando à construção de um ambiente mais equânime e justo, favorecendo a competitividade e fortalecendo toda a cadeia produtiva do país, desde a exploração de petróleo até a comercialização ao consumidor final.

Atualmente, a associação reúne oito refinarias privadas, responsáveis pela produção de diversos tipos de derivados que abastecem a demanda de indústrias e consumidores finais por todo o país, em especial, de combustíveis.

Confira a entrevista:

RDM: Agora, você é o presidente de qual entidade?

Evaristo Pinheiro: Eu sou presidente da Associação dos Refinadores Privados do Brasil. Carinhosamente chamada de 'Refina Brasil'. A Refina Brasil representa 20% do mercado brasileiro de refino, que é dividido da seguinte forma: 20% são os combustíveis importados, 20%, as refinarias privadas, que



Fotos: Humberto Azevedo

somos nós, e 60%, as refinarias da Petrobras. Então, esse é o mercado brasileiro de refino. Nós também representamos o agronegócio. Também representamos o Biorrefino, projetos de biorrefinarias das nossas associadas, que estão localizados nesses projetos na Bahia, em São Paulo e no Amazonas. Temos também projetos de biorrefino dentro já da 'Refina Brasil' e defendemos essas bandeiras, competitividade no setor de refino, ou seja, mais concorrência mesmo, condições isonômicas de concorrência no setor de refino e acesso ao petróleo brasileiro. E no biorrefino, que se tenham os estímulos corretos para que o Brasil continue sendo atrativo para o investimento em transição energética, ou seja, na produção de combustíveis a partir de biomassa. Essas são as nossas bandeiras, dentro delas, várias pautas com as quaisse vem trabalhando ao longo do tempo.

RDM: A Refina Brasil abrange o setor total do que era chamado antigamente de sucroalcooleiro?

Evaristo Pinheiro: Não, abrangemos o segmento de refino de petróleo e o segmento de biocombustíveis feitos 100% a partir de biomassa. O que isso significa? Significa produção de SAF [Combustível Sustentável de Aviação] e HVO [Óleo Vegetal Hidrotreatado], ou seja, o diesel verde, combustíveis que eu não preciso adicionar ao diesel ou ao querosene de aviação para que seja realizado o funcionamento de um motor de aeronave, de turbina de aeronave, de motor de caminhão ou ônibus. São combustíveis feitos a partir de, aí sim, etanol, ou etanol de segunda geração, e outras biomassas, como macaúba, dendê, palma, ou seja, são combustíveis. O único requisito é que ele seja 100% feito a partir de biomassa. A biomassa pode ser qualquer uma, etanol de milho, de cana, macaúba, açaí e vários outros.

RDM: Quantas empresas a associação reúne?

Evaristo Pinheiro: Hoje são seis empresas que representam 20% do mercado de refino tradicional no Brasil. Uma no estado do Amazonas, no Norte do Brasil, uma no Rio Grande do Norte, que é a refinaria 'Clara Camarão', três refinarias na Bahia, a 'Selen', a 'Dax Oil' e a 'Brasil Refino', e uma no estado de São Paulo, que se chama 'SS Oil'.

“Defendemos competitividade no setor de refino, ou seja, mais concorrência mesmo, condições isonômicas de concorrência no setor de refino e acesso ao petróleo brasileiro”

RDM: Qual é o tamanho desse mercado e o PIB que ele representa?

Evaristo Pinheiro: O faturamento do nosso mercado é de R\$ 65 bilhões por ano, empregando cerca de 2.500 pessoas diretas, indiretas e induzidas, com uma arrecadação apenas de PIS [Programa de Integração Social]/Cofins [Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social] de R\$ 18 bilhões por ano. Esses são os números do setor. Produzimos 400 mil barris de combustível por dia e abastecemos 20% do mercado. No que tange ao biocombustível, temos três projetos em curso, o mais avançado aqui é o da 'Selen', a partir de 2027, já com os investimentos em curso para a construção da biorrefinaria, que vai ficar do lado da refinaria tradicional. É o maior projeto do Brasil de SAF e HVO, vamos produzir um bilhão de litros de SAF e HVO por ano, é um projeto majoritariamente voltado à exportação de SAF e HVO. Temos outros projetos na empresa de São Paulo, um de etanol para combustível de aviação (ETJ) e um no Norte do Brasil de transformação em SAF e HVO de óleo de açaí, de semente de açaí.

RDM: Quais são as pautas da Refina Brasil, suas reivindicações?

Evaristo Pinheiro: Acho que é uma ótima pergunta. A lei do combustível do futuro foi muito boa para o setor, pois estimula, na medida que traz os mandatos de SAF, HVO e de outros, biogás também, é muito positiva para que se tenha a adoção desses novos combustíveis no Brasil. Obviamente, ela poderia ser melhor, porque no mandato da SAF há uma possibilidade de ter uma flexibilização caso não tenha produto suficiente disponível no Brasil. Nós teremos produto suficiente, a nossa



planta, que parte em 2027, o mesmo ano que vai começar o mandato da SAF no Brasil, vai ter um bilhão de litros/ano. O Brasil consome, na medida em que era o ZN tradicional, um bilhão de litros, para você ter uma ideia. Se houvesse um mandato compulsório, fixo, teríamos capacidade de abastecer o Brasil. Acho que esse poderia ter sido um ponto de melhoria, mas a lei foi muito boa, não tenho o que reclamar do governo nessa lei não.

RDM: Quais são os desafios?

Evaristo Pinheiro: Temos dois desafios para deslanchar os investimentos em biocombustíveis aqui no Brasil nos próximos anos. O primeiro deles, a reforma tributária. Na reforma tributária, desonerar os investimentos nas plantas produtivas no Brasil. Por quê? Quando eu vou fazer uma planta, uma biorrefina-



“ O faturamento do nosso mercado é de R\$ 65 bilhões por ano, empregamos cerca de 2.500 pessoas diretas, indiretas e induzidas, e temos uma arrecadação, apenas de Pis/Cofins, de R\$ 18 bilhões por ano”

ria hoje, eu pago tributo. Pago tributo quando vou comprar uma torre de hidrotreatamento, pago IPI, Pis, Cofins, imposto de importação sobre o equipamento que trago do exterior, ou daqui do Brasil mesmo. Para contratar uma empreiteira para construir a minha planta, eu pago tributo sobre o serviço dela, ISS, Pis, Cofins. Qualquer equipamento, qualquer serviço, eu pago. Isso está errado. Por quê? Porque lá fora, mesmo os Estados Unidos agora com o Trump, continuam dando incentivo ao investimento, ou seja, é muito mais barato do que aqui no Brasil por conta do incentivo tributário que tem lá para construir as plantas de biocombustível. No Japão, na Coreia, na China, nem se fala. Até nos Emirados Árabes, inclusive. Esse é o primeiro pleito que fizemos ao governo, ou seja, precisamos desonerar o investimento em plantas de

biocombustível.

Tivemos o apoio do Ministério de Minas e Energia, estamos buscando também apoio da Casa Civil, mas já sofremos uma primeira resistência no Ministério da Fazenda, que alega que não tem dinheiro, que tem de ter uma compensação de receita de despesas, para não configurar renúncia fiscal. O que é um contrassenso, porque seria uma renúncia fiscal de algo que não existe ainda e que não deveria ser considerada renúncia fiscal, porque você não tem essa arrecadação ainda, você não está abrindo mão de arrecadação nenhuma, porque, se não houver investimento, não tem arrecadação alguma. Mas, mesmo assim, a Lei de Responsabilidade Fiscal determina que para que eu tenha qualquer desoneração, mesmo para investimentos futuros, preciso apontar uma fonte de compensação de receita

tributária. E aí que está o segundo problema, a segunda bandeira, a reforma tributária, que trouxe uma belíssima fonte de compensação dessas receitas tributárias, que é o imposto seletivo. Imposto seletivo sobre a extração de minerais, que foi aprovado, está na Constituição, incide sobre a extração, seja para qualquer destinação, para vender no mercado interno, para exportar, vai incidir 0,25% sobre a extração de bens minerais, inclusive o petróleo.

Para que serve isso? Para desestimular o comportamento que ofende o meio ambiente, mas, mais do que isso, serve para industrializar o Brasil. Por quê? Porque se evita de exportar só o mineral e o petróleo bruto, e passa a agregar valor no Brasil. Passa a ter esse estímulo à agregação de valor no Brasil. E qual é o problema? É que algumas entidades estão sendo contra o óleo bruto de petróleo. Ou seja, o Brasil não exportou mais do que petróleo, mais carne, aço, que é industrializado, gasolina, diesel, do que óleo bruto de petróleo, que é algo que eu exporto. Depois eu tenho que importar combustível, porque o Brasil não é autossuficiente em combustível, é deficitário em 600 mil barris de capacidade de refino. Essa capacidade poderia ser suprida pelo biocombustível. Só que hoje, do jeito que está, não tenho receita para compensar um eventual estímulo tributário para fazer esses investimentos. O que se tem hoje lá no Congresso Nacional é que o setor mineral está tentando prejudicar aqui investimentos em agronegócio, pedindo para que seja derrubado o veto do presidente da República que manteve o texto constitucional. Esse é o pleito, que se mantenha o veto do presidente da República. Para quê? Para que a possa ter receita para apontar para renúncias fiscais, para desonerar o investimento do agronegócio aqui na produção de biocombustíveis, de biomassa.

RDM: Para ficar claro, qual seria o veto?

Evaristo Pinheiro: O veto é num

“ Também defendemos que tenhamos os estímulos corretos para que o Brasil continue sendo atrativo para o investimento em transição energética, ou seja, na produção de combustíveis a partir de biomassa”

inciso do artigo 427 da Lei Complementar 214. Ele se refere ao seguinte: a Constituição fala que vai incidir imposto seletivo sobre a extração de bens minerais, ou seja, extrair petróleo da terra, paga; extrair minério de ferro, paga. O setor mineral tentou colocar uma emenda na Lei Complementar, ou seja, infraconstitucional, dizendo que incide sobre a extração, exceto quando for exportado o produto. E o presidente vetou porque não pode ter um texto que contraria o texto constitucional. E o texto da Lei Complementar não pode contrariar o texto da Constituição, o presidente vetou. E agora eles querem derrubar esse veto.

RDM: Mas, se houver a derrubada do veto, como é a questão constitucional, isso vai parar e provavelmente ser barrado no Supremo, não é?

Evaristo Pinheiro: Não sei se vai barrar, porque eu já vi cada coisa acontecer no Supremo, mas vai ser questionado, com certeza. Vai judicializar.

RDM: E judicializar não é bom, não é?

Evaristo Pinheiro: Não é bom, porque não tenho a receita que preciso para a Fazenda autorizar ali a desoneração dos investimentos, e os investimentos ficam em compasso de espera. É péssimo para o Brasil. E para o agronegócio brasileiro. Mas do jeito que está, mesmo com o que o governo está dizendo que seria a renúncia fiscal, com esse incentivo, uma das promessas da reforma que foi aprovada também seria que não seriam concedidos mais benefícios fiscais a partir de então. Exceto para o biocombustível. Está



expresso isso. Como resolver isso? Isso afasta ou não o investidor para que o setor se expanda e consiga aumentar a produção de biocombustíveis? Isso traz insegurança jurídica. Essa discussão de se vai ter receita para desonerar ou não afasta o investidor. O investidor, seja brasileiro ou estrangeiro, quer ver segurança jurídica de que ele vai investir, não vai ser cobrado tributo por isso, para equilibrar a vantagem competitiva que os outros países apresentam em relação ao Brasil. O que acontece hoje? Há investidores aqui, produtores de biomassa, de etanol, de óleos vegetais que já estão considerando exportar essas mercadorias brutas para fazer plantas de biorrefino nos Emirados Árabes, no Japão e na Coreia. Imagina, a biomassa brasileira viajar 12, 15, 20 mil quilômetros de barco para ser industrializada no exterior porque lá tem benefício fiscal e aqui não tem. Precisa-



“ A Refina Brasil representa 20% do mercado brasileiro de refino, que é dividido da seguinte forma: 20% são os combustíveis importados, 20%, as refinarias privadas, que somos nós, e 60%, as refinarias da Petrobras”

mos fazer uma política industrial adequada que efetivamente funcione.

RDM: Então, esse benefício poderia fazer com que houvesse um investimento muito maior e o Brasil acelerasse a produção de biocombustíveis aqui no país, correto?

Evaristo Pinheiro: Exatamente. Se houvesse isso.

RDM: Nos anos 70, durante o governo Geisel, o José Walter Bautista Vidal foi o criador do Proálcool. Ele é praticamente considerado o pai da biomassa brasileira. O Bautista Vidal morreu em 2013, mas deixou seu legado tanto no Proálcool, quanto nas suas teses. Gostaria que você falasse sobre isso.

Evaristo Pinheiro: Ele estava absolutamente coberto de razão. O Brasil é mais do que uma Arábia Saudita em

energia. O Bautista Vidal estava focado em biomassas, mas não só nisso. Somos uma potência energética, hidráulica, eólica, solar, de biomassa e de petróleo. Ah, e nuclear. Temos todas as ferramentas para ter uma matriz energética limpa, diversificada e prover energia barata para o crescimento do Brasil. O que é o pesar do professor Bautista Vidal, e o que vem dando errado ao longo do tempo no Brasil é que secolocam novas matrizes energéticas e empilha em cima delas um monte de custos. O Brasil não trabalha para tirar os custos e as despesas das fontes de energia e acaba sendo um país com um grande potencial energético, mas com energia hiper cara. E isso se torna uma bola de neve no pé dos empresários, dos prestadores de serviço. Por quê? Porque aí tudo isso vira custo Brasil. Ele estava coberto de razão. O Brasil tem um futuro muito promissor, principalmente quando conseguirmos tirar as despesas artificiais criadas em cima da produção de energia. Estamos pedindo, por exemplo, para que tenha a desoneração do Capex [dinheiro que uma organização ou corporação utiliza para comprar, manter, ou aprimorar seu espólio fixo, como prédios, veículos, equipamentos, ou terras], que já existe um programa para isso, que é o Raid. Isso é o básico. Isso nem é preciso discutir em outro país onde vai fazer investimento sobre desonerar o investimento. No Brasil, o básico é difícil.

RDM: Explique estas duas coisas: a desoneração do Capex e do Raid.

Evaristo Pinheiro: Capex é o investimento. Ou seja, é o valor que se usa para investir. E o Raid é um regime especial de investimento industrial. É Regime especial de incentivos para o desenvolvimento da infraestrutura. É isso. É um programa que foi feito lá na época da Copa do Mundo e das Olimpíadas para desonerar todos os investimentos dos legados, BRTs, VLTs, estádios, infraestruturas em geral. O biocombustível deveria estar no Raid. Ele ainda não está porque a Receita [Federal] resiste, porque não tem uma fonte de compensação de receita. É assim que essas coisas estão ligadas.

RDM: Ou seja, é um momento crucial da história brasileira.

Evaristo Pinheiro: Crucial. Temos vivido, por exemplo, o drama que o setor de eólicas está sofrendo com retirada de

empresas do Brasil. Por quê? Não é porque o Brasil não tem vento mais. É porque a regulação ficou tão pesada que está ficando impossível ganhar dinheiro com energia eólica aqui. Por quê? Empilharam vários custos em cima dela. O Brasil é o país mais competitivo de energia eólica do planeta. Só que fazemos isso errado, é uma regulação equivocada.

RDM: Há uma solução até as eleições ou só a partir de 2026?

Evaristo Pinheiro: Não, eu acredito que isso é uma pauta de Estado. Não é pauta de governo. Essa pauta vai andar independentemente de qualquer governo. Ela precisa andar. Porque senão o Brasil, de novo, vai perder o bonde da história.

RDM: O Congresso Nacional debate a adoção do regime semipresidencialista. Isso facilitaria o regime de negócios, ter a distinção entre políticas de Estado e políticas de governo?

Evaristo Pinheiro: Falando como cidadão, não como presidente da 'Refina Brasil', é um pitaco, de fato. O acerto ou o desacerto de política pública depende menos do regime de governo que você tem e mais da concatenação, da formação de consensos entre as instituições do Brasil. Ou entre as instituições de qualquer país. É disso que depende o sucesso ou não, o maior desenvolvimento ou não de uma nação. Existem várias literaturas sobre isso que atestam que é o nível de coordenação entre as instituições que determina o quanto um país cresce ou não, se se desenvolve ou não. Já temos um parlamentarismo branco aqui no Brasil, desde 2001, quando se criou um rito das Medidas Provisórias, ainda no governo Fernando Henrique, a primeira tomada de poder do Congresso. Dali para frente, o Congresso foi tomando cada vez mais poder, e chegamos a essa ordem de coisas que é um Congresso muito forte, hipertrofiado, com manejo real de 50 bilhões sobre 200, um quarto do orçamento discricionário do país. Os senadores e deputados manejam diretamente esse orçamento, sem prestação de contas, e com uma governança partidária inexistente. O que é uma governança partidária? Os nossos partidos políticos estão cada vez mais fortes, porque o Temer fez uma reforma política que tinha que ter sido feita mesmo. Havia 37 partidos políticos na

“ Também representamos o agronegócio, o Biorrefino, que são projetos de biorrefinarias das nossas associadas, que estão localizadas na Bahia, em São Paulo e no Amazonas”

época, hoje são 28 ou 27, não me lembro, mas vamos chegar a 2030, 2034, sem nenhuma sombra de dúvidas, com cinco ou seis partidos no Brasil. Ótimo, isso é bom, porque facilita a formação de consensos.

Mas, qual é o problema que nós temos aqui? Nós temos zero de responsabilização ou de governança dentro dos partidos políticos, ou seja, um dono de partido político é dono indefinidamente, porque é dono mesmo. Não é uma estrutura que ele se candidata, presta contas do que fez, do que não fez, e depois acabou o mandato, ele sai. Então, isso é ruim. Ruim também você ter orçamento sem nenhum controle, que é o que está acontecendo. E pior do que isso tudo é ter a desconexão completa entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, que é o que se vive hoje no Brasil. É uma batalha campal entre os Poderes da República e isso impede a formação de consensos. O Brasil hoje vive de crise em crise porque não somos capazes de formar consensos. Pior, existe um outro problema que corre aqui em paralelo, que é o crime organizado. Enquanto as instituições formais estão brigando, o crime organizado anda cada vez mais organizado e mais dentro da economia formal, ou seja, já há relatos de crime organizado em usinas de etanol e redes de depósitos de combustíveis controlando serviços públicos. Tivemos em São Paulo o episódio do transporte coletivo urbano, mas há vários aqui no Brasil. Há quem diga, não sei se é verdade, que já há prefeitos e vereadores eleitos pelo crime organizado, talvez até já tenha deputados. Não sei se tem senadores, mas, enfim, não importa. O que importa é que o crime organizado vai

escalando as estruturas de poder no vácuo de uma ausência de consensos entre as instituições da República. Tudo isso para dizer que não é o regime político que vai salvar ou não o Brasil, é a capacidade de coordenação entre as instituições do país, que hoje vejo como muito difícil.

RDM: E isso acaba afastando o investidor, não é?

Evaristo Pinheiro: Sem dúvida. Desde 2013 o Brasil vive de crise em crise, e ainda não consegue crescer com vigor. Por quê? Quando é que se consegue crescer com vigor? Quando se investe e ainda assim a inflação não sobe. Significa que se está investindo porque tem demanda e porque há capacidade de absorver essa demanda. O Brasil tem um teto para subir, porque se



“Hoje são seis empresas que representam 20% do mercado de refino tradicional no Brasil. Uma no estado do Amazonas, no Norte do Brasil, uma no Rio Grande do Norte, que é a refinaria 'Clara Camarão', três refinarias na Bahia, a 'Selen', a 'Dax Oil' e a 'Brasil Refino', e uma no estado de São Paulo, que se chama 'SS Oil'”

não se investe em mais capacidade, continua-se com um teto. O que se vive desde 2013 é isso, o Brasil toda vez que começa a subir um pouquinho, tem crise inflacionária. Vivemos uma crise de investimentos, por quê? Porque o investidor não confia no crescimento do Brasil.

RDM: Poderia fazer as considerações finais, abordar alguma questão que não foi feita, fique à vontade.

Evaristo Pinheiro: Eu acho que isso é um único ponto, para além dessas nossas bandeiras, há outra também que é importante, o nosso setor sucroalcooleiro é uma concorrência, uma competição com a Petrobras. Essa política de preços que a Petrobras adotou, a pedido do governo, está prejudicando o setor sucroalcooleiro, porque temos que ter

uma vantagem até constitucional do etanol para a gasolina. Quando ela descola demais do preço internacional da gasolina, essa vantagem vai embora. A salvação do setor é que há um acréscimo de 30% de etanol na gasolina, mas o Brasil pode produzir muito mais do que isso, pode abastecer os nossos veículos com muito mais do que só 30%. Essa política de preços que a Petrobras adotou, a pedido do governo, que é ilegal, está prejudicando o setor do etanol. Já houve uma experiência disso no governo Dilma, que deu muito errado. Há várias ações do setor de etanol contra a Petrobras, que penso que vão ser vitoriosas, porque foi causado prejuízo ao setor, e agora se está repetindo o erro. Quem é que vai pagar essa conta? Todos nós, contribuintes brasileiros e acionistas da Petrobras. ■

Cidades que são verdadeiras gigantes do agronegócio brasileiro

Diversos municípios no país são reconhecidos por sua eficiência e inovação no setor agropecuário, impulsionando a economia e garantindo a segurança alimentar

“ Entre os estados que mais se destacam no agronegócio, Mato Grosso se sobressai com um número expressivo de cidades entre as mais prósperas do Brasil

Agropecuária, o motor da economia do interior



Vasta extensão de terras agricultáveis e adoção de tecnologias avançadas no campo

Por **Caroline Carvalho**

O agronegócio é um dos principais motores da economia brasileira, contribuindo significativamente para o desenvolvimento local e nacional. Com vastas extensões de terras férteis e um clima favorável, o Brasil se destaca como um dos maiores produtores agrícolas do mundo. Diversos municípios no país são reconhecidos por sua eficiência e inovação no setor agropecuário, impulsionando a economia e garantindo a segurança alimentar.

Entre os estados que mais se destacam no agronegócio, Mato Grosso se sobressai com um número expressivo de cidades entre as mais prósperas do Brasil. Goiás e Bahia também desempenham papéis importantes, com municípios que se destacam na produção de grãos e pecuária. Esses estados são exem-

plos claros de como o agronegócio pode transformar a economia local e nacional.

QUAIS MUNICÍPIOS SE DESTACAM NO AGRONEGÓCIO?

Mato Grosso é o protagonista quando se fala em agronegócio no Brasil. A cidade de Sorriso, conhecida como a “capital nacional do agronegócio”, lidera o ranking com um faturamento impressionante. Outras cidades do estado, como Sapezal e Campo Novo do Parecis, também se destacam por sua tecnologia agrícola avançada e altos rendimentos.

Na Bahia, São Desidério e Formosa do Rio Preto são exemplos de municípios com forte produção de soja e algodão. Em Goiás, Rio Verde e Jataí são referências em integração de lavoura e pecuária, enquanto Cristalina é famosa pela





Inovação tecnológica e eficiência na gestão agrícola são fatores que impulsionam o sucesso dessas regiões

“ Em 2023, a produção agrícola nacional atingiu um valor de R\$ 814,5 bilhões, com 31,9% desse montante proveniente dos municípios mais produtivos. Isso demonstra a importância dessas regiões para a economia do país e reforça a necessidade de investimentos contínuos no setor



Sorriso, em Mato Grosso, é a campeã - R\$ 8,313 bilhões

agricultura irrigada e tecnologia de ponta. Esses municípios são fundamentais para o fortalecimento do agronegócio brasileiro.

COMO MATO GROSSO SE TORNA UM PROTAGONISTA NO SETOR?

Mato Grosso se destaca no cenário nacional devido à sua vasta extensão de terras agricultáveis e à adoção de tecnologias avançadas no campo. Cidades como Nova Ubiratã e Nova Mutum apresentam crescimento notável, com forte produção de soja e milho. A inovação tecnológica e a eficiência na gestão agrícola são fatores que impulsionam o sucesso dessas regiões.

Além disso, o estado investe constantemente em infraestrutura e capacitação, garantindo que os produtores tenham acesso a recursos modernos e técnicas agrícolas sustentáveis. Esse investimento contínuo fortalece a posição de Mato Grosso como líder no agronegócio brasileiro.

OUTROS DESTAQUES NO CENÁRIO NACIONAL

Além de Mato Grosso, outros estados também desempenham papéis importantes no agronegócio. Mato Grosso do Sul, com municípios como Maracaju, e o estado de Goiás, com cidades como Cristalina, são



São Desidério, na Bahia, é a vice-campeã - R\$ 7,789 bilhões



Sapezal, em Mato Grosso, é a terceira colocada - R\$ 7,544 bilhões



Campo Novo do Parecís, em Mato Grosso, quarto lugar - R\$ 7,157 bilhões



Rio Verde, em Goiás, quinto lugar - R\$ 6,923 bilhões

“Diversos municípios no país são reconhecidos por sua eficiência e inovação no setor agropecuário, impulsionando a economia e garantindo a segurança alimentar.

exemplos de regiões que contribuem significativamente para a produção agrícola nacional.

Em 2023, a produção agrícola nacional atingiu um valor de R\$ 814,5 bilhões, com 31,9% desse montante proveniente dos municípios mais produtivos. Isso demonstra a importância dessas regiões para a economia do país e reforça a necessidade de investimentos contínuos no setor.

OS CAMPEÕES

Confira no quadro ao lado os municípios que são exemplos de como o agronegócio pode ser um motor de desenvolvimento econômico e social, impulsionando a economia local e nacional. Com investimentos contínuos em tecnologia e infraestrutura, o Brasil continua a se destacar como um dos líderes mundiais na produção agrícola. ■

Lista dos 20 municípios mais ricos do agro

Sorriso (MT)	R\$ 8,313 bilhões
São Desidério (BA)	R\$ 7,789 bilhões
Sapezal (MT)	R\$ 7,544 bilhões
Campo Novo do Parecís (MT)	R\$ 7,157 bilhões
Rio Verde (GO)	R\$ 6,923 bilhões
Diamantino (MT)	R\$ 5,905 bilhões
Formosa do Rio Preto (BA)	R\$ 5,789 bilhões
Nova Ubiratã (MT)	R\$ 5,463 bilhões
Nova Mutum (MT)	R\$ 5,380 bilhões
Jataí (GO)	R\$ 4,839 bilhões
Cristalina (GO)	R\$ 4,830 bilhões
Maracaju (MS)	R\$ 4,335 bilhões
Querência (MT)	R\$ 4,203 bilhões
Primavera do Leste (MT)	R\$ 4,078 bilhões
Paranatinga (MT)	R\$ 3,963 bilhões
Campo Verde (MT)	R\$ 3,810 bilhões
Campos de Júlio (MT)	R\$ 3,782 bilhões
Brasnorte (MT)	R\$ 3,680 bilhões
São Félix do Araguaia (MT)	R\$ 3,627 bilhões
Lucas do Rio Verde (MT)	R\$ 3,615 bilhões



As últimas edições: uma despedida

Aos leitores e leitoras, colegas e amigos do Grupo RDM, este é um texto de despedida. As edições deste mês, que circularão no próximo, são as últimas empreendidas por este cansado editor. Está chegando a hora da aposentadoria, da redução do ritmo, da passagem de bastão.

Minha história com o Grupo RDM começou lá pelos idos de 1993, quando o jornalista, publicitário, sociólogo, advogado, marqueteiro, amigo e compadre João Pedro Marques me convidou para ser repórter freelancer de mais um de seus empreendimentos: O Tabloide, um semanário que viria revolucionar a forma de fazer jornalismo naqueles tempos.

Dois anos depois, JPM, como é mais conhecido no meio da comunicação, viria fundar a RDM - Revista dos Municípios, como iniciou, depois Revista de Mato Grosso. Acompanhei de perto o seguimento da publicação que completará três décadas este ano.

Antes de me incorporar ao Grupo RDM em Brasília, a partir de novembro de 2010, fui diretor de Redação do revivido Correio de Mato Grosso, o nosso querido “Correinho”, que foi uma das “escolas do jornalismo” mato-grossense antes, muito antes, do surgimento do curso da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

Dois anos depois de me integrar ao grupo em Brasília, tive a honra de, a pedido do João Pedro, pensar em um novo nome para a RDM, que àquele altura, já estava inserida no mercado nacional, e “Revista de Mato Grosso” limitava esses voos alçados. Foi então que surgiu a “Rede de Mídias”.

Tenho a honra de, ao me dirigir para minha aposentadoria, ter feito parte deste grupo e ter como colega (ele não gosta da palavra “patrão”) um ser humano tão especial como João Pedro Marques. Um jornalista, antes de empresário, e, portanto, pensa como jornalista e não censura jornalista. Sempre me deu total liberdade para trabalhar.

Fui de tudo que João Pedro me confiou: diretor de redação, editor geral, coordenador de reportagem, nesta função coordenando o trabalho das equipes de Cuiabá e de Brasília. Mas fui também repórter, função que mais me honra no jornalismo.

Quero agradecer a ele - que se tornou meu compadre ao adotar meu filho caçula como seu pupilo - e a todos que caminharam comigo todos esses anos no Grupo RDM.

A todas e a todos que passaram pela Redação, um agradecimento em nome dos meus parceiros que ainda estão em Cuiabá e em Brasília: a editora Vanessa Moreno, o editor de Arte Márcio Brandão do Carmo, a revisora Doralice Jacomazi, o repórter Jean Gusmão, o repórter Humberto Azevedo e o repórter-fotográfico Tchelo Figueiredo. Ao pessoal administrativo, todos com os quais convivi, agradecendo em nome do presidente Artur Fonseca, da diretora executiva Shlery Pereira, Nilinho Marques e do nosso querido Ademir Galitzki.

Minha aposentadoria formal não me deixará de fora do jornalismo, nem da RDM. Continuarei atuando como

jornalista na vida, agora no meu próprio tempo, e exercendo a função de repórter especial, quando requisitado. ■

Abraços e beijos!

***João Orozimbo Negrão é editor-geral desta publicação**

Ministério dos Transportes obtém R\$ 10,23 bilhões para resolver problemas históricos da BR-364

No primeiro leilão viário de Rondônia, venceu o consórcio 4UM/Opportunity, que assumirá a administração da rodovia; obras terão início ainda este ano e pedágio começa a ser cobrado em 2026

Por **Humberto Azevedo**

Com o compromisso de investir R\$ 10,23 bilhões em duplicações, terceiras faixas, passarelas, novos acessos a portos e obras de conservação, o consórcio 4UM/ Opportunity venceu o leilão da BR-364, que corta o estado de Rondônia. O certame foi o primeiro de uma rodovia federal em Rondônia e a décima concessão promovida pelo Ministério dos Transportes na atual gestão.

O ministro dos Transportes, Renan Filho, destacou a importância do leilão da BR-364 no trecho de

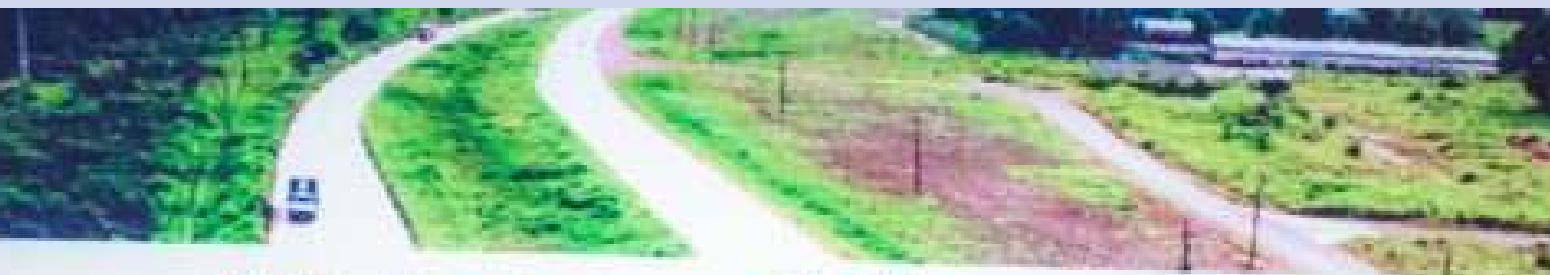
Rondônia para a segurança de quem trafega na rodovia. Na última década foram executados pela União R\$ 2,64 bilhões na infraestrutura viária. Com os aportes oriundos das concessões, os recursos privados passam a se somar aos públicos, acelerando a curva de melhoria das estradas brasileiras. Somente nos dois últimos anos, o Ministério dos Transportes já fechou em contratos de outorgas mais de R\$ 110 bilhões.

“Quando a gente constrói um leilão como este, a gente garante novos investimentos no agro, mais competitividade para o nosso produto e, sobretudo, mais seguran-

ça para quem trafega na rodovia com mais justiça social. Estou muito seguro do caminho que tomamos para a construção de um país mais competitivo e com benefícios sociais diretos para a população”, afirmou o ministro.

“Fizemos 10 leilões com oito vencedores diferentes em pouco mais de dois anos. Isso é muito significativo e vem com a chegada de novos entrantes. Demonstra transparência, igualdade e a atratividade dos nossos projetos. No ano passado, o Brasil produziu 150 milhões de toneladas de soja. Crescemos 8% em relação ao ano anterior. Esse percen-





Ministério dos Transportes assegura recursos para fortalecimento do sistema rodoviário do país

“Essa concessão irá ajudar bastante na economia, no escoamento da safra, mas é muito importante também para melhorar a segurança da população. Este é mais um projeto da agenda de investimentos do governo Lula que conta não apenas com investimentos federais, mas também com concessões”

tual equivale a toda a produção de soja da Índia. Esse crescimento sem investimento em infraestrutura é inimaginável”, complementou Renan Filho.

VENCEDOR

De acordo com o projeto que foi à leilão, o Consórcio 4UM/ Opportunity vai administrar a BR-364 no trecho que corta o estado rondoniense pelos próximos 30 anos. A concessão se estende por 686,7 quilômetros da rodovia, entre os municípios de Porto Velho, capital do estado, e Vilhena, na divisa com o estado de Mato Grosso.

Dentre as melhorias que deverão ser implementadas pela concessionária, estão a duplicação de 107,57 quilômetros de estradas, construção de 190,597 quilômetros de faixas adicionais e 17,7 quilômetros de marginais.

Também estão previstas 24 passarelas para passagens de pedestres, 90 pontos de paradas de ônibus e 24 passagens de fauna, além de três Pontos de Parada de Descanso (PPDs), que irão ofertar acomodações seguras para que caminhoneiros e demais profissionais do transporte de cargas possam fazer pausas para descanso, inclusi-



ve durante a noite.

Integram o grupo o 4UM, fundo de investimentos – que possui sede no Paraná e reúne ações das empresas MLC, Aterpa e Senpar e o grupo Opportunity, controlador da “Monte Rodovia”. A 4UM é especializada em investimentos de longo prazo. Em 2024, a empresa venceu também o leilão da BR-381, no trecho localizado em Minas Gerais (MG).

Já o Grupo Opportunity é responsável pelas concessionárias Bahia Norte (CBN), Rota do Atlântico (CRA) e Rota dos Coqueiros (CRC), todas na região Nordeste, além de operar o Porto de Santos, em São Paulo.

Em seu discurso na B3, o gestor do grupo 4UM/Opportunity, Leonardo Boguszewski, reforçou o compromisso com as melhorias contratadas e falou da importância econômica do Norte para o Brasil.

“Todas as melhorias contratadas, a gente assume aqui o compromisso de tornar realidade para a região. Eu estou aqui pela segunda vez com sentimento de alegria por contribuir com o desenvolvimento do país por meio de um investimento tão importante em uma região tão importante”, afirmou.

APOIO DO BNDES

Presente ao leilão, o diretor de Planejamento e Relações Institucionais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Nelson Barbosa, ressaltou o compromisso da instituição com a agenda de outorgas rodoviárias.

“Essa concessão irá ajudar bastante na economia, no escoamento da safra, mas é muito importante também para melhorar a segurança da população. Este é mais um projeto da agenda de investimentos

do governo Lula que conta não apenas com investimentos federais, mas também com concessões”, explicou.

PEDÁGIO

O valor do desconto apresentado pelo grupo foi de 0,05% sobre a Tarifa Básica de Pedágio. Com isso, a tarifa ficará em R\$ 0,19 por quilômetro de pedágio. As obras e serviços de melhoria da BR-364, em Rondônia, deverão começar imediatamente após a assinatura do contrato de concessão. No entanto, os usuários só irão começar a pagar o pedágio depois que a rodovia atender a parâmetros de segurança e conforto ao rolamento definidos pelo Programa de Exploração da Rodovia.

Dentre as ações previstas para serem executadas de imediato, estão: colocação de sinalização vertical e horizontal; intervenções no pavimento, drenagem e terraplenos;

3
Pontos
de parada
de descanso

24
passagens
de fauna

Fontes: SNTR; ANTT



“ Todas as melhorias contratadas, a gente assume aqui o compromisso de tornar realidade para a região. Eu estou aqui pela segunda vez com sentimento de alegria por contribuir com o desenvolvimento do país por meio de um investimento tão importante em uma região tão importante”

roçada e reformulação da faixa de domínio da rodovia; instalação de serviços de socorro médico e mecânico; colocação de equipamentos de proteção e segurança na margem de domínio; serviços de inspeção de tráfego e combate a incêndio; serviços de apreensão e retirada de objetos e animais da pista e faixa de domínio; conforme o cronograma preestabelecido no projeto do Ministério dos Transportes, essas ações irão ocorrer ao longo de um ano. Isso significa que o primeiro pedágio deverá ser cobrado somente a partir do último trimestre de 2026.

ARCO NORTE

A BR-364 integra o Arco Norte, que abrange os portos e eixos dos estados de Rondônia, Amapá, Amazonas, Pará e Maranhão. Essa rodovia é considerada estratégica do ponto de vista econômico, pois

responde pelo escoamento de toda a produção agropecuária de Rondônia e parte do Centro-Oeste, ao se conectar com a hidrovia do Madeira, de onde segue para o exterior pelos portos do Norte.

Diante da alta demanda, a BR-364 em Rondônia possui um intenso fluxo de caminhões pesados. Isso faz com que, mesmo em bons padrões de conservação, atualmente mantidos pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT), a ausência de duplicações resulte em trânsito lento, desgaste acelerado do pavimento e risco aos moradores e demais pessoas que trafegam e vivem às margens da rodovia.

Outro aspecto que marca a BR-364 tem relação com o isolamento rodoviário do Norte do país. Ela liga Rondônia ao restante do Brasil, além de ser praticamente a única conexão do Acre e Amazonas com os demais estados brasileiros. ■

Pesquisadores usam coco babaçu para criar alimento similar a hambúrguer

Trabalho de pesquisa foi desenvolvido pela Embrapa com a participação de mulheres da agricultura familiar e quilombolas do Maranhão

Por **Flavia Bessa**, da Embrapa Maranhão

A união entre conhecimentos científicos e tradicionais na Amazônia Maranhense resultou em dois novos produtos à base de plantas, que, além de aliarem nutrição, saúde e sustentabilidade, atendem a nichos de mercados crescentes por produtos naturais e ricos em proteína no Brasil. O análogo de hambúrguer de babaçu e a farinha de amêndoas abarcam ainda a marca da inovação tecnológica e social porque foram desenvolvidos em parceria entre cientistas e quebradeiras de coco da região. Essa sinergia de sucesso já havia dado origem a novas formulações de biscoito e de gelado, uma bebida tipo leite e a um análogo do queijo, todos oriundos do coco babaçu.

Para o desenvolvimento desses

coprodutos, participaram as mulheres da Cooperativa Mista da Agricultura Familiar e do Extrativismo do Babaçu – Coomavi, em Itapecuru-Mirim, da Associação Clube de Mães Quilombolas Lar de Maria, da comunidade Pedrinhas Clube de Mães em Anajatuba, MA, e ainda da Associação de Quebradeiras de Coco de Chapadinha do Assentamento Canto do Ferreira, em Chapadinha, MA. Como representantes da ciência, fizeram parte dos estudos pesquisadores da Embrapa Maranhão (MA), Embrapa Agroindústria Tropical (CE), Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e Universidade Federal do Ceará (UFC), em parceria com a Rede ILPF e financiamento da Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ) no Brasil.

O objetivo foi a valorização do trabalho das quebradeiras de coco e do babaçu como produto da sociobiodiver-

sidade brasileira com a diversificação dos coprodutos da palmeira para atender a nichos de mercado. Para tal, o bagaço da amêndoa - até então resíduo da extração do óleo da amêndoa - foi transformado em farinha da amêndoa, matéria-prima para outros produtos, como o análogo do hambúrguer, e incluída em formulações de biscoitos, pães, bolos, mingaus e sorvetes, resultando em mais economia e satisfação dos consumidores.

A pesquisadora Guilhermina Cayres, líder do projeto de pesquisa, diz que os novos alimentos foram desenvolvidos considerando as condições específicas das agroindústrias comunitárias e as práticas tradicionais das quebradeiras de coco, integrando melhorias e padronizações - incluindo as boas práticas de processamento e segurança alimentar - e levando em conta também





O hambúrguer de babaçu agrega nutrição, saúde, segurança alimentar e valorização da cultura regional

“Promovemos a interação de conhecimentos técnicos e tradicionais para aumentar o valor agregado da produção artesanal e ocupar nichos de mercado específicos, como os de produtos associados à identidade sociocultural e os voltados para dietas com restrição de consumo de glúten e lactose”

a aceitação sensorial do produto, agregação de valor às amêndoas quebradas e diversificação de produção.

“Promovemos a interação de conhecimentos técnicos e tradicionais para aumentar o valor agregado da produção artesanal e ocupar nichos de mercado específicos, como os de produtos associados à identidade sociocultural e os voltados para dietas com restrição de consumo de glúten e lactose. Sabemos que os alimentos oriundos do babaçu são elementos potenciais para criar sistemas alimentares que valorizam a identidade sociocultural de povos e comunidades tradicionais do Maranhão, gerando inclusão produtiva e riqueza com baixo impacto ambiental e inserindo o estado como referência na bioeconomia e no uso sustentável de produtos da sociobiodiversidade”, destaca a pesquisadora.

SABERES TRADICIONAIS E CIENTÍFICOS EMBASARAM O DESENVOLVIMENTO DOS PRODUTOS

O professor Harvey Villa, do Departamento de Engenharia Química da UFMA, explica como foi o processo para se chegar ao alimento tipo hambúrguer. “Utilizamos metodologia inversa. Em vez de irmos primeiramente ao laboratório e depois levar o produto para a comunidade, partimos de uma avaliação das condições locais e do potencial das matérias-primas que elas têm, inclusive dos próprios resíduos, o que é muito importante porque a amêndoa do coco babaçu inicialmente é empregada para extração de óleo a frio e a quente. Essa torta, fruto do processo de prensagem, normalmente era usada como ração para animais e sabíamos que ainda tinha bastante conteúdo de



O queijo de babaçu é um dos produtos desenvolvidos a partir da pesquisa com o fruto

lipídios, carboidratos, podendo ser utilizada como um tipo de farinha por meio de bom tratamento e processamento. A ideia era reaproveitar 100% do produto e obtivemos êxito. A farinha que está sendo utilizada para o hambúrguer não é a do mesocarpo, é da amêndoa, antes resíduo e agora, matéria-prima. Assim, adaptamos o processamento às condições reais das quebradeiras, sempre com o cuidado de atender às exigências delas, e facilitamos que a elaboração desses produtos seja de forma simples, mas microbiologicamente correta do ponto de vista higiênico-sanitário”, relata.

Do ponto de vista físico-químico, a farinha da amêndoa - em comparação à do mesocarpo - tem uma boa proposta para a carne de hambúrguer, pois utiliza casca da banana como agente estruturante junto com a amêndoa para dar sabor e maciez ao fritar, e mais a farinha de arroz para dar a liga junto com os temperos, o que garante boa validade do ponto de vista de vida útil e qualidade nutricional para dieta vegana.

Além disso, atingiu um percentual de

proteína de 13,17% por 100g de produto, valor adequado para o tipo de alimento. O produto não tem conservantes e dura até seis meses congelado. Foram feitas quatro formulações e chegaram-se a duas: uma com casca de banana e outra com polpa de jaca. Devido à maior disponibilidade e regularidade da banana ao longo do ano, o hambúrguer à base de amêndoa de babaçu e casca de banana foi a opção priorizada entre as quebradeiras de coco e a equipe técnica para prosseguir com os testes e análises.

Segundo a professora da UFMA Yuko Ono, nutricionista e membro da equipe técnica, uma das características funcionais da casca de banana é a presença de inúmeros sítios ativos responsáveis pela absorção de metais, entre os quais se destaca o cobre, presente em muitos processos industriais, mas nocivo à saúde humana quando em alta concentração. “Além disso, a casca da banana apresenta também teores de nutrientes maiores do que a polpa, como fibras, vitaminas, minerais e é rica em pectina. As fibras atuam na melhoria do trato gastrointestinal e no

controle e prevenção de certas doenças crônicas-degenerativas”, acrescenta Ono.

Jefferson Marinho, bolsista do projeto, se envolveu diretamente na produção do hambúrguer e relembra o processo. “Partimos do zero, queríamos que o produto tivesse as características organolépticas mais similares possíveis à da carne, além de ingredientes específicos, como a farinha da amêndoa do babaçu, que é bastante rica nutricionalmente e energeticamente”, diz. Para isso, os pesquisadores envolveram os conhecimentos científicos aos saberes tradicionais das quebradeiras para definir a forma de preparo e os ingredientes.

Rosângela Lica, da Coomavi, detalha a descoberta da farinha da amêndoa obtida a partir do resíduo da prensa do óleo. “Nós não fazíamos farinha do bagaço do óleo, usávamos como ração animal. O costume era fazer farinha do mesocarpo. Aprendemos a assar e torrar o bagaço no forno para atingir o ponto certo e transformá-lo em farinha da amêndoa, um produto que substitui o coco ralado em todas as formulações, dá



O hambúrguer de babaçu agrega nutrição, saúde, segurança alimentar e valorização da cultura regional



Novos produtos atendem a diferentes exigências do mercado, como o chocolate de babaçu

“Alimentos oriundos do babaçu são potenciais para criar sistemas alimentares que valorizam a identidade sociocultural de comunidades tradicionais, gerando inclusão produtiva e riqueza com baixo impacto ambiental e inserindo o estado como referência na bioeconomia e no uso sustentável de produtos da sociobiodiversidade”

muito mais crocância e tem melhor aceitação pelos consumidores, pois os produtos são 100% feitos com o babaçu”, ressalta.

Para Alana Licar, também da Coomavi, “os impactos foram positivos, pois agregam mais sabor e qualidade, evitam desperdícios e garantem um produto benéfico, oriundo de uma matéria-prima encontrada em abundância”. Antonia Vieira, da comunidade quilombola Pedrinhas Clube de Mães, fala da presença das mulheres quebradeiras desde o início da pesquisa. “Somos parte desse processo, muito rico para nós e para os pesquisadores. É uma troca maravilhosa”, celebra.

CONSUMIDORES APROVAM NOVOS PRODUTOS

Os novos produtos atendem a diferentes exigências do mercado de alimentos – nutrição, saúde, boas práticas de qualidade, segurança alimentar, padronização e valorização de produtos da culinária e cultura regionais e comercialização – e passaram por testes de análise sensorial. A qualidade

dos alimentos compreende, basicamente, três aspectos fundamentais: o microbiológico, o nutricional e o sensorial.

O aspecto sensorial é o que mais atrai o consumidor na hora de escolher um produto alimentício. Por isso, deve apresentar características sensoriais agradáveis, próprias do produto, tais como cor e aparência, consistência e textura, aroma e sabor característicos e desejáveis.

Segundo a engenheira de alimentos Glória Bandeira, professora da UFMA, essa etapa da pesquisa é importante em diversas situações. Entre elas, o desenvolvimento de novos produtos, melhoria de um produto existente, comparação com um produto concorrente já estabelecido no mercado, mudança na formulação, melhoramento genético e mudança de equipamento ou processo. “A análise sensorial é fundamental para analisar as características de um produto com base nos sentidos humanos e fornecer dados confiáveis para a tomada de decisão. No caso dos alimentos do babaçu, fizemos análise físico-química, microbiológica e

Análogo de hambúrguer

- O análogo de hambúrguer de babaçu e a farinha de amêndoas abarcam ainda a marca da inovação tecnológica e social porque foram desenvolvidos em parceria entre cientistas e quebradeiras de coco da região.
- Os alimentos valorizam também a identidade sociocultural de povos e comunidades tradicionais do Maranhão, gerando inclusão produtiva e riqueza com baixo impacto ambiental.
- O análogo de hambúrguer atingiu um percentual de proteína de 13,17% por 100g de produto, considerado adequado para esse tipo de alimento, não tem conservantes e dura até seis meses congelado.
- O babaçu tem potencial para ser o elemento âncora de um sistema agroalimentar característico do Maranhão.
- O análogo de hambúrguer foi premiado em uma competição global que valoriza inovações científicas e tecnológicas de vanguarda na Amazônia.



Farinha do babaçu, a partir da qual é produzido o hambúrguer e outros produtos



nutricional e também estudo de vida de prateleira dos produtos. Convidamos os alunos dos cursos do IEMA Gastronomia para degustar e avaliar os produtos, que foram aprovados em todas as etapas e liberados para comercialização”, observa.

Para o professor Paulo Sousa, da UFC, parceiro para coordenação da avaliação sensorial, a análise tem como objetivo avaliar a aceitação de potenciais consumidores, além de fornecer uma caracterização qualitativa do produto em relação ao aroma, sabor e textura. “Buscou-se aferir o percentual de aceitação, e também a possibilidade de ajustes do produto antes que ele entre no mercado consumidor”, acrescenta.

INOVAÇÃO SOCIAL CONTÍNUA

Para multiplicar os conhecimentos gerados no processo de inovação social, as mulheres receberam treinamentos, dialogaram com os parceiros da pesquisa, exercitaram os novos conhecimentos, ajustaram práticas de acordo com seu conhecimento tradicional com formulação de alimentos e treinaram outros grupos de mulheres para a produção dos novos alimentos oriundos da amêndoa do babaçu para promover o empreende-

“Em vez de irmos antes ao laboratório e depois levar o produto para a comunidade, partimos de uma avaliação das condições locais e do potencial das matérias-primas que elas têm, inclusive dos próprios resíduos, o que é muito importante porque a amêndoa do babaçu inicialmente é empregada para extração de óleo a frio e a quente”

dorismo e a autonomia de mais mulheres.

Samara Bontempo, bolsista do projeto, entende que participar das pesquisas com alimentos à base de babaçu em diferentes comunidades agroextrativistas tem sido fundamental para sua formação e a de outros jovens cientistas que valorizam o conhecimento tradicional e o potencial da sociobiodiversidade. “Pra mim, fazer parte da equipe de pesquisa amplia a visão dos pontos de vista sócio-histórico, geográfico e ambiental. Temos o objetivo de tornar essas organizações autossuficientes, atores dos seus processos de decisão, inovação, sustentabilidade e mercado, mostrando uma nova perspectiva do babaçu como elemento âncora de um sistema alimentar com a identidade cultural do Maranhão”, ressalta.

TRANSFORMANDO VIDAS PELA RESSIGNIFICAÇÃO DO EXTRATIVISMO DO BABAÇU

O Maranhão se destaca pela produção de coco babaçu. São mais de 300 mil maranhenses, conhecidas por quebradeiras de coco, que vivem dessa atividade e, ao longo do tempo, foram colocadas à margem do processo de desenvolvimen-



Mulheres receberam treinamentos, dialogaram com os parceiros da pesquisa e exercitaram os novos conhecimentos



O Maranhão se destaca na produção de coco babaçu. Mais de 300 mil maranhenses, conhecidas por quebradeiras de coco, vivem da atividade

to. Por isso, o foco da pesquisa vai além do produto e abrange o desenvolvimento das quebradeiras de coco para que possam fortalecer suas organizações e usufruir dos benefícios da ciência, com produtos de preço justo e agregação de valor e renda aos seus negócios.

É unânime entre as quebradeiras de coco que os novos produtos e formulações alimentícias já impactam a qualidade de vida das famílias das comunidades tradicionais. “Nosso esforço está sendo recompensado. Os consumidores veganos estão adorando e os não veganos também. Estamos muito felizes com os resultados do tipo hambúrguer e da farinha da amêndoa. Nas feiras de São Luís, os produtos são sucesso junto aos consumidores”, diz Rosângela Licar, da Coomavi. Maria Domingas, da Comunidade Pedrinhas Clube de Mães, reforça que “o babaçu não é um simples coco, é um trabalho enorme que gera renda, qualidade de vida e cidadania”.

O professor Harvey Villa avalia os resultados colhidos com a pesquisa em parceria com as quebradeiras de coco babaçu. “Mostrar aos alunos que existe um mercado de trabalho com foco no desenvolvimento socioeconômico de

uma região abre perspectivas de trabalho e opções laborais. Trabalhar em parceria com as mulheres do babaçu foi muito gratificante. O hambúrguer é muito gostoso, é um hambúrguer espetacular. Nosso objetivo foi cumprido. Elas vendem o produto a um preço bem competitivo e os consumidores estão apreciando bastante. Não sobra nada”, comenta.

Westphalen Nunes, representante da Agência GIZ no Brasil, resume os efeitos da valorização da cadeia do babaçu. “Estamos felizes em colaborar para que o babaçu possa explorar suas potencialidades, gerando mais renda e qualidade de vida às quebradeiras, mais opções de produtos de qualidade para o mercado consumidor e mais riqueza com desenvolvimento sustentável para o Maranhão”.

HAMBÚRGUER É PREMIADO

Como reconhecimento pelo desenvolvimento do alimento tipo hambúrguer, a equipe técnica liderada pela pesquisadora Guilhermina Cayres foi uma das finalistas do prêmio Con X Tech Prize: Amazônia, uma competição global que busca inovações científicas e tecnológicas de vanguarda para

transformar as atuais economias destrutivas e extrativistas da Amazônia em economias modernas e regenerativas. Um dos requisitos é que as soluções devem proteger a integridade dos ecossistemas, respeitar os povos indígenas e as comunidades locais, bem como seu conhecimento tradicional, e apoiar a distribuição justa dos benefícios gerados pela comercialização de produtos e serviços florestais.

PARCEIROS E RECURSOS

A iniciativa teve a coordenação da Embrapa Maranhão, com financiamento da Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ) no Brasil e gestão financeira da Rede ILPF, em parceria com a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Instituto Federal do Maranhão (IFMA), Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Embrapa Agroindústria Tropical, Universidade Federal do Ceará (UFC), iniciativa privada, organizações não governamentais e outros agentes das cadeias de valor. Esse projeto está vinculado à parceria da Embrapa com o The Good Food Institute (GFI) e com o Conservation X Labs (CXTLP), sob gestão financeira da Fundação Arthur Bernardes (Funarbe). ■

RDM

REDE DE MÍDIAS

28

anos

BRASÍLIA | RIO DE JANEIRO | SÃO PAULO | CUIABÁ



Grupo RDM (Rede de Mídias Brasil), há 28 anos ininterruptos, é o maior sucesso editorial do Centro-Oeste brasileiro. Neste ano de 2024, assumimos a posição de um grupo nacional de comunicação social, com escritórios editoriais no eixo Brasília-Rio-São Paulo, e daqui, para o mundo via internet. GRUPO RDM Brasil, orgulho de ser desta terra!

BRASÍLIA-DF

📍 SHS Quadra 06 - Bloco F - Sobre Loja, Complexo Brasil 21
☎ Tel.: (61) 2193.1409 - 98160-3377 - CEP 70.316-102
@ midia@revistardm.com.br

RIO DE JANEIRO-RJ

📍 Rua Visconde de Pirajá, 495 - Ipanema
☎ Tel.: (61) 98160-3377 - CEP 22.401-003
@ midia@revistardm.com.br

SÃO PAULO-SP

📍 Alameda Santos, 1817 CJ 112 - Cerqueira Cesar
☎ Tel.: (61) 98160-3377 - CEP 01.419-909
@ midia@revistardm.com.br

CUIABÁ-MT

📍 Rua Hermenegildo Correia Galvão, 147 - Bairro Santa Rosa
☎ Tel.: (65) 3623-1170 9682-1470 - CEP 78.040-240
@ midia@revistardm.com.br